

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Sabrina Saueressig Wendling

**MINIPÚBLICOS NO CONTEXTO INTERNACIONAL - UMA REVISÃO
INTEGRATIVA DE LITERATURA**

Sapucaia do Sul, RS
2022

Sabrina Saueressig Wendling

**MINIPÚBLICOS NO CONTEXTO INTERNACIONAL - UMA REVISÃO
INTEGRATIVA DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização de Gestão Pública Municipal (EaD, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientadora: Eliete dos Reis Lehnhart

Sapucaia do Sul, RS
2022

Sabrina Saueressig Wendling

**MINIPÚBLICOS NO CONTEXTO INTERNACIONAL - UMA REVISÃO
INTEGRATIVA DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Especialização
de Gestão Pública Municipal (EaD, da
Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS) como requisito parcial para
a obtenção de título **de Especialista em
Gestão Pública Municipal.**

Aprovado em 27 de agosto de 2022

Eliete dos Reis Lehnhart
Presidente/Orientador

Nathália Rigui Trindade

Talita Gonçalves Posser

Sapucaia do Sul, RS
2022

MINIPÚBLICOS NO CONTEXTO INTERNACIONAL - UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

RESUMO

Os Minipúblicos são uma metodologia participativa a serviço da gestão pública, tanto do Legislativo quanto do Executivo, principalmente na esfera municipal. Também conhecidos como "júris de cidadãos", são compostos por 20 a 500 pessoas comuns e leigas em um tema que recebem informações relevantes sobre o contexto, interagem com especialistas e questionam "testemunhas" ("stakeholders" com visões diversas) ao longo de um ou mais dias para depois trocarem argumentos e deliberarem na busca de consensos. Frente à disseminação do uso de Minipúblicos como instrumentos de implementação de políticas públicas, este estudo investiga de que forma a literatura tem averiguado essa iniciativa. Visto que os resultados de pesquisa no Brasil são incipientes, mapeia-se o estado da arte por meio de revisão da literatura no contexto internacional publicada sobre "Minipúblico e Minipúblicos". A trajetória do campo de estudos é analisada em uma série temporal dos artigos mais citados (vistos através do índice h) desde 2010, sendo que estes abordam prioritariamente o conceito, o aumento da empatia pelos que se posicionam no outro lado do debate político, que indivíduos expostos a informações sobre o Minipúblico e suas descobertas aumentaram significativamente seu conhecimento sobre políticas, estabelecendo cognições profundas sobre o assunto, a influência positiva do Minipúblico na formação de políticas públicas. Por outro lado, apresentam críticas à forma de condução na utilização de Minipúblicos. Por fim, apontam a garantia de inclusão dos cidadãos nas escolhas e a inovação, pois auxilia no desenvolvimento de opiniões substantivas sobre questões tecnológicas ou inovadoras.

Palavras-chave: Minipúblico; Minipúblicos; Revisão Integrativa; Políticas Públicas.

MINI-PUBLICS IN THE INTERNATIONAL CONTEXT – AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

ABSTRACT

The Mini-publics are a participative methodology at service of public administration, of Legislative as well as Executive, mainly at municipal sphere. Also known as "citizen jury", are composed by 20 to 500 common people and laical about the subject, that receive relevant information about the context, interact with specialists and question "withnesses" ("stakeholders" with different views) for one or more days, then exchange arguments and deliberate in search of concensus. In view of the dissemination of the use of mini-publics as an instrument for the implementation of public policies, this study investigates how literature has been examining this initiative. The state of the art has been mapped through a literature review in the international context published on "mini-public and mini-publics", since the research results in Brazil are incipient. In this study, results show that the literature is focused on seven thematic categories. The field of study has been tracked and analyzed in a time series of the most cited papers (based on the h index) from 2010 onwards. They primarily address the concept, the increase in empathy for those on the other side of

the political debate, the fact that individuals exposed to information about mini-publics and the findings of the field have significantly increased their knowledge on policies and are able to establish deep cognitions on the subject, and the positive influence of mini-publics in the formation of public policies. On the other hand, they present critics about the way mini-publics are used. Finally, they point out the guarantee of inclusion of citizens in the choices and the innovation, since mini-publics favor the development of substantive opinions on technological or innovative issues.

Keywords: Mini-public; Mini-publics; Integrative Review; Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

Existem muitas maneiras e novas formas de participação social nas políticas públicas. Uma das inovações é a utilização de Minipúblicos.

As políticas públicas são um conjunto de processos (ações, programas, medidas e iniciativas) criados pelos governos, com a participação de entes públicos ou privados para assegurar determinado direito da população. Conforme Schmidt (2019), há uma teia complexa em torno da formação das políticas públicas. Há pressão de grupos para a escolha de quais projetos se tornarão, de fato, norma. São conselhos de classe, partidos políticos, grandes empresas, enfim, diversos *inputs* e *outputs* de pressão.

O sistema político traz executivos e parlamentares para discutirem e apontarem as mudanças ou inovações em políticas públicas. No entanto, há um estigma atual sobre a política. As pessoas creem, como cidadãos, que não podem influenciar diretamente na formação das políticas públicas. Mas há novas formas, democráticas e diretas, de chamar a população a opinar sobre a política: os Minipúblicos.

De acordo com Van der Does e Jaquet (2021), os Minipúblicos deliberativos são comparados às ferramentas populares utilizadas com fins de enfrentamento à atual crise democrática. Ainda, segundo McKenzie e Warren (2012), Minipúblico pode ser definido como uma espécie de fórum deliberativo, entre 20 e 500 participantes, com foco numa questão específica, cuja composição do fórum seria uma amostra razoavelmente representativa do público que tal questão afeta. Esse fórum é convocado pelo tempo suficiente a fim de que os seus integrantes possam formular opiniões e julgamentos.

Desse modo, segundo D'ercole (2021), o indivíduo pode perceber, nesse processo, que, como pessoa, não precisa ser especialista. Que pode trazer o mais importante: a experiência de morador, de usuário, de sua própria existência. Todo esse processo a faz pensar como parte do local, como parte de uma comunidade, e não mais como consumidor ou mero contribuinte. Neste contexto, a pesquisa irá contribuir para elevar o nível do conhecimento da ciência na implementação de políticas públicas ligadas ao saber social, bem como, transformar a sociedade existente em um “habitat” social melhor.

Coadunando com o supra explicitado, o objetivo deste artigo é investigar como é conduzida a temática de Minipúblicos no contexto internacional, por meio de publicações, na forma de revisão integrativa da literatura, com um enfoque em políticas públicas.

Essa revisão integrativa é um método específico, que, de acordo com Broome (2006), resume o passado da literatura empírica ou teórica, a fim de fornecer uma compreensão mais abrangente de um fenômeno particular, no caso, o Minipúblico, com enfoque na sua utilização em políticas públicas.

O estudo poderá contribuir para entendimento da realidade internacional e discussão para que os poderes executivos formem políticas atuais, efetivas, capazes de realizar o desejo do gestor, elaboradas através da oitiva da sociedade (em sua pluralidade). Assim, poderá desmistificar a imagem do sistema político atual, a qual impõe a impressão de que, sem estudos ou responsabilidades específicas, não é possível pensar e fazer políticas públicas.

Para atingir o objetivo proposto, no presente artigo será apresentada, primeiro, a identificação do tema e a seleção da questão de pesquisa, depois, o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, bem como, a identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados e sua categorização, e, por fim, a análise e interpretação dos resultados e a síntese do conhecimento.

2 Referencial Teórico

2.1 Contribuição cidadã nas políticas públicas

Políticas públicas são ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis. São medidas e programas criados pelos governos dedicados a garantir o bem estar da população. Buscando estudar a política pública e a participação social nela, importa esclarecer que, com base em Schmidt (2019), as políticas se desdobram em algumas etapas fundamentais – expostas na obra pioneira de David Easton (1968), para quem os *inputs* (entradas) do processo político vêm do ambiente social e, em um ciclo de diferentes fases, são processados pelo sistema político, derivando daí os *outputs* (saídas).

Essa lógica *input-output* e a concepção das fases ganhou força na literatura. Para Schmidt (2019), a utilização dessa metodologia deve incorporar os fatores do contexto sociopolítico, com especial atenção para três aspectos: a) os agentes políticos envolvidos e a correlação de forças entre eles; b) os recursos de poder por eles utilizados; c) as questões ideológicas e culturais relacionadas à política pública.

No Brasil há políticas de governo e políticas de estado. Essa distinção, bastante controversa nos debates brasileiros, pode ser adequadamente estabelecida, conforme Bucci (2013), com base em dois critérios fundamentais: institucionalização e legitimação política.

O conceito de institucionalização, em sua definição clássica, conforme Cruz (2019), refere-se ao processo pelo qual organizações, condutas e/ou processos se tornam estáveis no tempo e adquirem valor, já a legitimação é entendida, na ciência política como a aceitação popular e o reconhecimento por parte do público da autoridade de um regime de governo, pelo qual a autoridade tem poder político através de consentimento e compreensão mútua, ao invés de coerção.

Há diferença entre tais políticas públicas. Segundo Schmidt (2019), políticas de governo tendem a ser provisórias; políticas de estado, duradouras. Políticas de governo expressam opções de um governo ou de governos com a mesma orientação ideológica e estão menos enraizadas na institucionalidade estatal e menos legitimadas pelo conjunto das forças políticas. Políticas de estado expressam opções amplamente respaldadas pelas forças políticas e sociais, têm previsão legal e contam com mecanismos e regulamentações para a sua implementação.

A análise de políticas públicas defrontou-se com hercúleo desafio de dar conta das particularidades dos subsistemas (os agentes políticos envolvidos e a correlação de forças entre eles, os recursos de poder por eles utilizados, as questões ideológicas e culturais

relacionadas à política pública, os conselhos de classe, partidos políticos, grandes empresas) em constante transformação (BID, 2007). A sociedade está repleta de subsistemas. Em uma audiência pública – usual obrigação imposta por lei para alterar ou formar uma política pública – como abranger a pluralidade social, seus diversos subsistemas? Talvez os Minipúblicos sejam uma resposta para essa questão.

2.2 Minipúblicos e políticas públicas

Minipúblicos representam a coletividade e aprofundam a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões políticas, propõem a qualificação democrática, a partir de práticas inspiradas na pólis grega e em suas práticas de sorteio, afirmando que, antes do advento dos partidos políticos de massa, entre os séculos XIX e XX, reconhecia-se o sorteio como um mecanismo mais democrático de seleção de representantes do que as eleições. (NETTO; CERVellini, 2021).

Para Aristóteles (1997), o sorteio trata-se de constituir uma amostra representativa de pessoas sorteadas, ou seja, uma miniatura da sociedade, respeitando critérios de gênero, idade e classe social, e pedir para que esse grupo de cidadãos selecionados ao acaso deliberem sobre determinado tema de interesse público)

Para Archon Fung (2004), os Minipúblicos são uma forma modesta, de pequeno porte, geralmente utilizados por municípios que convidam a população a decidir. Caracteriza-se como um espaço democrático de participação e deliberação sobre qualquer tema escolhido pelo proponente, com consequências significativas para a qualidade da governança democrática, como o aumento da *accountability* de agentes e entidades públicas, a ampliação da cidadania, o aperfeiçoamento das políticas públicas e o alargamento da participação de cidadãos nas decisões públicas. (ANACLETO *et al.*, 2021).

Desse modo, Minipúblicos buscam reduzir a distância entre a opinião pública e a tomada de decisão política (CROSBY, 1995; SETÄLÄ, 2017; RUBIÃO, 2018). Ao reduzir essa distância e combinar seleção aleatória (sorteios) e processos deliberativos, há a aposta normativa de que se forme a opinião (razão pública) sobre a melhor decisão possível, a partir das informações disponíveis e da análise das consequências e dos cenários envolvidos no objeto de deliberação (FISHKIN, 2011; OWEN e SMITH, 2018; NETTO; CERVellini, 2021).

A principal motivação para o desenvolvimento de Minipúblicos é a redução da distância entre a opinião pública e a tomada de decisão política (CROSBY, 1995; SETÄLÄ, 2017), bem como, a ênfase na aposta normativa de que Minipúblicos são importantes, por combinarem seleção aleatória e processos deliberativos, com a intenção de favorecer a formação de uma espécie de “vontade contrafactual” (OWEN e SMITH, 2018). É como propor aos cidadãos afetados por determinada decisão política, que analisem consequências e cenários envolvidos, com o objeto de deliberação, e formem uma opinião (razão pública) sobre a melhor decisão possível para aquele coletivo, à luz das informações disponíveis (FISHKIN, 2011; NETTO e CERVellini, 2021).

Com esse formato de opinião explicitado no parágrafo acima e com base em D’ercole, (2021), os projetos de lei formadores e alteradores das políticas públicas trazem para o cidadão o pensar em um coletivo, avaliando impactos pessoais e sociais, debatendo com seus diferentes e iguais e tomando para si a sua parte na responsabilidade social e democrática.

Também, se pode afirmar que os Minipúblicos, segundo Netto e Cervellini (2021), entregam um resultado intermediário valioso para a produção de políticas públicas locais.

Sendo assim, através da utilização dos Minipúblicos, as políticas públicas poderão ter maior eficácia na sua implementação e tornar-se, brevemente, em política de estado, institucionalizando-se com mais facilidade e maior aceitação pública.

3 Método de pesquisa

A fim de alcançar o objetivo proposto, quanto ao seu delineamento, o presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, já que propõe a investigar como é conduzida a temática de Minipúblicos no contexto internacional por meio de uma revisão da literatura.

Para a seleção dos artigos que compõem o estado da arte, a “Lista de Bases” do “Periódicos Capes” foi consultada, através de uma pesquisa avançada no portal da *Web of Science - WOS*. Duas buscas foram realizadas na *WOS* com filtros: título, resumo e palavras-chave, dos os termos “*Minipublics*” e “*Minipublic*”. No primeiro caso, 44 resultados foram encontrados. No segundo caso, 16 resultados foram encontrados e, em seguida ambos tabulados.

De volta à busca avançada em “Lista de Bases”, então o portal da *SCOPUS* foi acessado. Novamente, duas buscas foram realizadas com filtros: título, resumo e palavras-chave, dos termos *Minipublics* e *Minipublic*. No primeiro caso, 61 resultados foram encontrados e, em seguida, tabulados. No segundo caso, 53 casos foram encontrados e, em seguida, tabulados. No total, considerando as duas bases de dados, *WOS* e *SCOPUS*, totalizando 174 estudos.

Feito novo recorte utilizando os mesmos filtros: título, resumo e palavras-chave. *WOS* foi acessado. Novamente, duas buscas foram realizadas: os termos *Minipublics* e *Minipublic* publicados no período de 2010 a 2022. No primeiro caso, 41 resultados foram encontrados e, em seguida, tabulados. No segundo caso, 15 casos foram encontrados e, em seguida, tabulados.

SCOPUS foi acessado. Novamente, duas buscas foram realizadas: os termos *Minipublics* e *Minipublic* publicados no período de 2010 a 2022. No primeiro caso, 57 resultados foram encontrados e, em seguida, tabulados. No segundo caso, 52 casos foram encontrados e, em seguida, tabulados.

Com o recorte de datas em ambas as listas de bases - *WOS* e *SCOPUS* -, no total houve 165 achados.

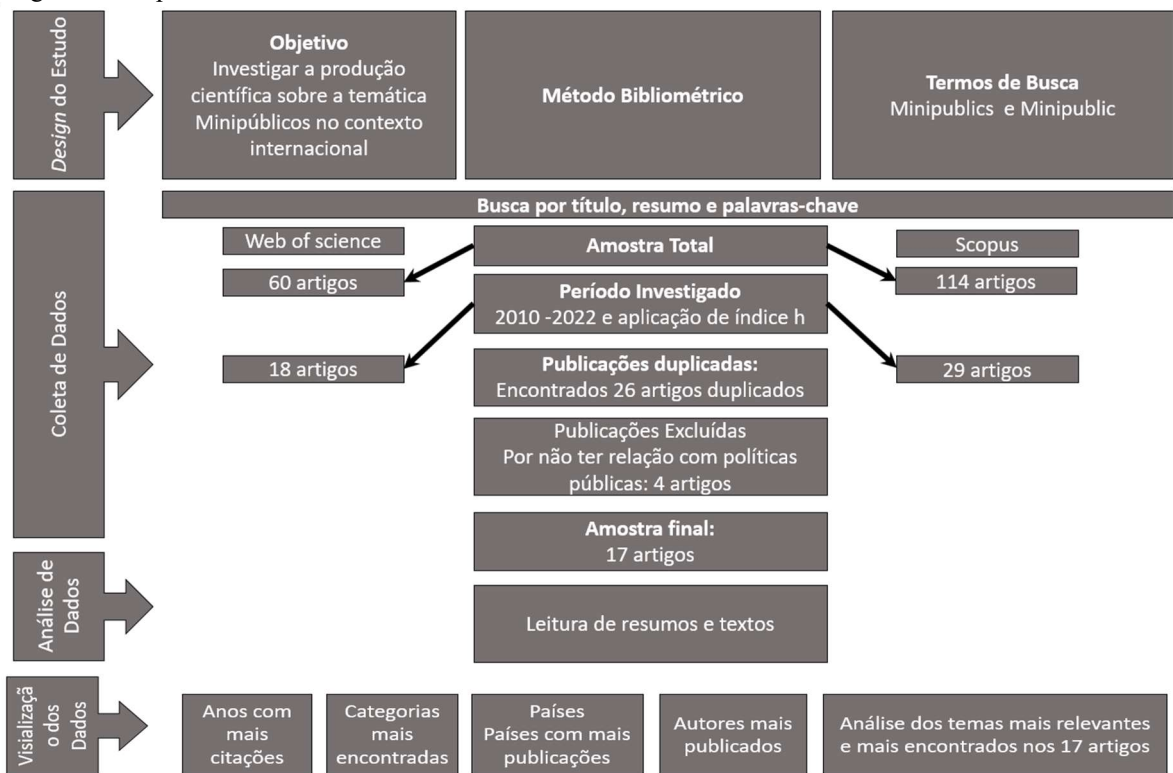
Para análise das estratégias de pesquisa (terceira etapa), optou-se por realizá-la de acordo com os parâmetros do índice *h* apontado em cada uma das quatro pesquisas. O índice *h*, ou *h-index* em inglês, é uma maneira de mensurar a produtividade e o impacto de cientistas com base nos artigos mais citados de sua autoria; isto é, se o autor possui 6 artigos publicados, com citações maiores ou iguais a esse número, então seu índice *h* é igual a 6.

Para a análise dos artigos de acordo com o índice *h*, a pesquisa na *WOS* resultou em 18 estudos e a busca na *SCOPUS* resultou em 29. Desta forma, 47 artigos que estavam incluídos nesse parâmetro, de quantificação da produtividade e impacto de pesquisas, foram selecionados para tal análise. Ademais, após serem excluídos os documentos duplicados, num total de 26, a amostra final selecionada contemplou 21 documentos.

Para os 21 artigos selecionados na amostra, optou-se por manter aqueles que tinham temática associadas ao estado da arte, de Minipúblicos relacionados à políticas públicas e, destes 21, foram excluídos 4 artigos somente na *WOS*, uma vez que os oriundos da *SCOPUS* mantiveram-se na sua totalidade. Portanto, à amostra final constou 17 artigos, 12 oriundos da *WOS* e 5 da *SCOPUS*.

Cabe salientar que não houve filtro por categorias nas bases pesquisadas, ou seja, foram mantidas todas as categorias constantes em resumo, títulos e palavras-chaves. A Figura 01 ilustra a forma como os artigos foram selecionados.

Figura 1 - Etapas e método.



Fonte: elaborada pela autora.

Conforme mencionado anteriormente, a fim de fazer uma análise detalhada acerca da temática foco deste estudo, optou-se por analisar os artigos de acordo com o índice h, sendo assim, o Quadro 1 ilustra o número de artigos excluídos por estarem duplicados e o número que resultou para análise por base de dados utilizada.

Quadro 1 - Índice h.

Forma de pesquisa	Índice H entre 2010 e 2022	Achados idênticos	Nº de achados sem pertinência com o construto Minipúblicos/Minipúblico	Total analisados
<i>WOS Minipublics</i>	11		4	7
<i>WOS Minipublic</i>	7	2	-	5
<i>Scopus Minipublics</i>	15	10	-	5
<i>Scopus Minipublic</i>	14	14	-	-
Total	47	26	4	17

Fonte: elaborada pela autora.

As análises foram realizadas considerando a evolução dos estudos, áreas de pesquisa, autores, países e anos de publicação. Posteriormente, procedeu-se a análise dos principais aspectos constantes nos 17 estudos resultantes do índice h de acordo

com: (i) o conceito; (ii) aceitação da opinião alheia; (iii) aumento e aproveitamento da cognição sobre políticas públicas; (iv) influência positiva do Minipúblico na formação de políticas; (v) crítica à forma de utilização de Minipúblicos; (vi) garantia de inclusão e (vii) inovação.

Para tanto, procedeu-se uma leitura sistemática dos resumos e, na sequência, a leitura na íntegra de todo texto dos artigos, a fim de buscar uma maior compreensão dos principais aspectos investigados. Os resultados são apresentados na próxima seção.

4 Apresentação e discussão dos resultados

Os resultados serão apresentados, primeiro, com a análise bibliométrica da pesquisa geral, em todas as categorias constantes, em resumo, títulos e palavras-chaves, tanto na *WOS*, quanto na *SCOPUS*, pesquisadas, separadamente, *Minipublics* e *Minipublic*.

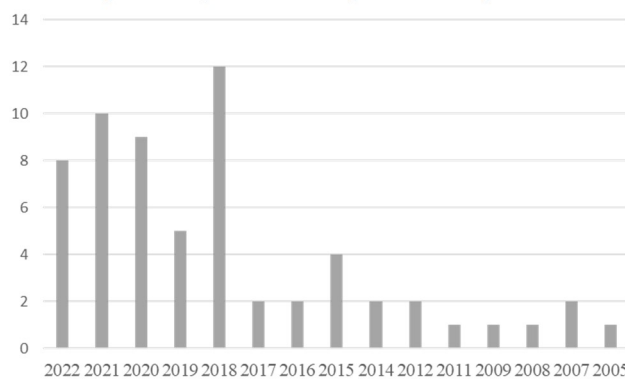
Depois, será feito um novo recorte, abrangendo período reduzido e índice h, excluídos os achados idênticos e os que não estão diretamente ligados às políticas públicas - tudo conforme descrito em pormenores no item 3.

Por fim, é feita uma análise dos achados nos 17 artigos, demonstrando similaridades e achados diferenciados.

4.1 Apresentação bibliométrica: evolução dos estudos sobre Minipúblicos

Ao analisar as datas, foi constatado o seguinte: na pesquisa do termo *Minipublics*, pela *WOS*, os anos de maior quantidade de publicações foram os mais recentes, de 2019 a 2022, com ênfase no ano de 2018. Já na análise de *Minipublic*, pela *WOS*, a maior quantidade de achados foi em anos intercalados, 2018, 2020 e 2022. Outrossim, na pesquisa do termo *Minipublics* e *Minipublic*, pela *SCOPUS*, os achados foram idênticos ao *Minipublics* pela *WOS*, o que aponta uma crescente produção sobre o tema a partir de 2019. A Figura 2 ilustra a evolução dos estudos.

Figura 2 - quantidade de publicações por ano.



Fonte: dados da pesquisa *WOS* e *SCOPUS*.

O segundo achado foi em relação às categorias. Na pesquisa do termo *Minipublics* e *Minipublic*, pela *WOS* (Quadro 3) a mais encontrada, com mais de 50%, foi em Ciências Políticas. Outrossim, na pesquisa dos termos *Minipublics* e *Minipublic*, pela *SCOPUS* (Quadro 2), a grande massa, com mais que 50% dos achados, foi em Ciências Sociais e, em seguida, em Arte e Humanidades, com aproximados 20%. Visível que as categorias mais achadas nas quatro formas de pesquisa foram Ciências Sociais e Ciências Políticas o que demonstra a íntima relação com sociedade, política e Minipúblicos.

Quadro 2 - Áreas de publicação dos estudos por base de dados SCOPUS.

	<i>Scopus Minipublics</i>	<i>Scopus Minipublic</i>
<i>Social Sciences</i>	50	58
<i>Arts and Humanities</i>	14	18
<i>Enviromental Science</i>	6	7
<i>Business, Management and Accounting</i>	3	3
<i>Psychology</i>	2	3
<i>Medicine</i>	1	1
<i>Neuroscience</i>	1	1
<i>Computer Science</i>	-	1
<i>Economics, Econometrics and Finance</i>	-	1

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 3 - Áreas de publicação dos estudos por base de dados WOS.

	<i>WOS Minipublics</i>	<i>WOS Minipublic</i>
<i>Political Science</i>	26	9
<i>Social Issues</i>	7	
<i>Sociology</i>	7	
<i>Public Administration</i>	6	5
<i>Social Sciences Interdisciplinary</i>	4	1
<i>Communication</i>	3	2
<i>Enviromental Studies</i>	3	1
<i>Philosophy</i>	3	
<i>Law</i>	2	
<i>Psychology Social</i>	2	1
<i>Development Studies</i>	1	1
<i>Health Policy Services</i>	1	
<i>History Philosophy of Science</i>	1	
<i>Humanities Multidisciplinary</i>	1	
<i>Regional Urban Planniing</i>	1	1
<i>Religion</i>	1	
<i>Urban Studies</i>	1	

Fonte: elaborado pela autora.

A terceira análise foi em relação aos países (Quadro 4). Na pesquisa do termo *Minipublics* pela *WOS*, EUA, Austrália, Bélgica e Alemanha, aparecem nas quatro primeiras colocações, somando mais da metade do total. Já na busca do termo *Minipublic*, pela *WOS*, foram EUA, Bélgica e Suécia, também com mais de 50% dos achados. Em ambos os casos, o Brasil aparece com duas publicações. Outrossim, na pesquisa do termo *Minipublics* e *Minipublic*, pela *SCOPUS*, a grande massa, com mais de 50% dos achados, foram EUA, Reino Unido, Bélgica e Austrália, assemelhando-se com o que foi encontrado na busca pela *WOS* do termo *Minipublics*. Também, em ambos os casos, o Brasil aparece com duas publicações.

Quadro 4 – Países mais produtivos *WOS* e *SCOPUS*.

	<i>WOS Minipublics</i>	<i>WOS Minipublic</i>	<i>Scopus Minipublics</i>	<i>Scopus Minipublic</i>
Estados Unidos	16	6	18	14
Austrália	6		7	6
Bélgica	5	4	7	7
Alemanha	5	1	6	6
Suécia	4	3	3	3
Inglaterra	3	1		
Brasil	2		2	2
França	2		2	1
Noruega	2		1	1
China	2	1	2	2
Espanha	2		1	1
Suíça	2	1	2	1
Áustria	1			
Canadá	1		4	3
Irlanda	1	1	3	3
Itália	1		1	1
Holanda	1		1	
Nova Zelândia	1		1	1
Irlanda do Norte	1			
Polônia	1		1	1
Escócia	1	1		
Singapura	1			

África do Sul	1		1	1
Coréia do Sul	1		1	1
Sri Lanka	1		1	1
Tailândia	1		1	1
Reino Unido			9	8
Argentina			1	1
Indefinido			4	3

Fonte: elaborada pela autora.

Por fim, com relação a publicação por autores, o mais citado nas quatro formas de pesquisa fora sempre o mesmo: John Gastil. Outrossim, I. Levin, J. S. Dryzek, V. Jacquet, S. Ingham, estão entre os quatro mais referenciados na pesquisa do termo *Minipublics*, pela *WOS*.

Já na busca *Minipublic*, pela *WOS*, do segundo ao quinto, foram I. Levin, S. Ingham, J. Jennstal e K. R. Knobloch. Outrossim, na pesquisa do termo *Minipublics* e *Minipublic*, pela *SCOPUS*, V. Jacquet, C. Lafont, R. Van der Does e J. S. Dryzek estão entre os quatro mais publicados, depois de John Gastil.

Nota-se que há grande variedade de autores referenciados sobre o tema pesquisado, sendo esses listados acima os mais citados. O Quadro 5 apresentam a relação dos autores mais produtivos por temática e base de dados.

Quadro 5 – Autores mais produtivos *WOS* e *SCOPUS*.

	<i>WOS</i>	<i>WOS</i>	<i>Scopus</i>	<i>Scopus</i>
<i>Gastil, John</i>	7	4	7	6
<i>Levin, Ines</i>	2	2	2	2
<i>Dryzek, JS</i>	2	-	3	2
<i>Jacquet, Vincent</i>	2	-	3	3
<i>Ingham, Sean</i>	2	2	2	2
<i>Lafont, Cristina</i>	2	-	3	3
<i>Van der Does, Ramon</i>	2	1	3	3
<i>Jennstal, Julia</i>	2	2	2	2
<i>Krick, Eva</i>	1	-	1	1
<i>Knobloch, Katherine R.</i>	1	1	1	1
<i>Lefevere, Jonas</i>	1	1	1	1
<i>Mar, Kristinn</i>	1	1	2	2
<i>Lu, Lanting</i>	1	-	1	1
<i>Max, Catherine</i>	1	-	1	1

<i>Schaal, Gary S.</i>	1	-	-	-
<i>Sintomer, Yves</i>	1	-	2	2
<i>Fishkin, James</i>	1	-	1	1
<i>Smith, Graham</i>	1	-	1	1
<i>Braun, Kathrin</i>	1	-	1	1
<i>Goodin, Robert E</i>	1	-	2	1
<i>Koenninger, Sabine</i>	1	-	1	1
<i>Mccarthy, Michael A.</i>	1	-	1	-
<i>Kent, Jennifer Lee</i>	1	-	1	1
<i>Suiter, Jane</i>	1	1	2	2
<i>Huitema, Dave</i>	1	-	1	-
<i>Van De Kerkhof, Marleen</i>	1	-	1	-
<i>Warren, Mark E.</i>	1	-	2	1
<i>Rauschmayer, Felix</i>	1	1	1	1
<i>Wilhelm, Franze</i>	1	-	-	-
<i>Barthel, Michael L.</i>	1	1	1	1
<i>Blackstock, Kirsty</i>	1	1	1	1
<i>Owen, David</i>	1	-	1	1
<i>De Assis, Vivian</i>	1	-	-	-
<i>Mar, Kristinn</i>	1	1	-	-
<i>Haugen, Renata Curi</i>	1	-	1	1
<i>Weale, Albert</i>	1	-	1	
<i>Lunardelli Cavallazzi,</i>	1	-	-	-
<i>Pacheco-I-Canals, Jordi</i>	1	-	1	1
<i>Ney, Steven</i>	1	-	1	1
<i>Pesch, Udo</i>	1	-	1	-
<i>Slutsky, Jean</i>	1	-	1	1
<i>Whitty, Jennifer A</i>	1	-	1	1
<i>Cubillos, Leonardo</i>	1	-	1	1
<i>Wilson, Rob</i>	1	1	1	1
<i>Niemeyer, Simon J.</i>	1	1	1	1

<i>Myers, C. Daniel</i>	1	-	1	-
<i>Farrell, David M.</i>	1	1	1	1
<i>Tugendhaft, Aviva</i>	1	-	1	1
<i>Reber, Bernard</i>	1	-	1	-
<i>Pearson, Steven D.</i>	1	-	1	1
<i>Van Dijk, Lisa</i>	1	1	1	1
<i>Vrydagh, Julien</i>	1	1	2	2
<i>Von Essen, Erica</i>	1	-	-	-
<i>Tantivess, Sripen</i>	1	-	1	1
<i>Wang, Hufeng</i>	1	-	1	1
<i>Wright, Erik Olin</i>	1	-	1	1
<i>Staniszewska, Sophie</i>	1	-	1	1
<i>Weerasuriya, Krisantha</i>	1	-	1	1
<i>Zabdyr-Jamroz, Michal</i>	1	-	1	1
<i>Ahn, Jeonghoon</i>	1	-	1	1
<i>Arlen, Gordon</i>	1	-	1	1
<i>Allen, Michael Patrick</i>	1	-	-	-
<i>Tumilty, Emma</i>	1	-	1	1
<i>Tucker, Aviezer</i>	1	-	1	1
<i>Riedy, Chris</i>	1	-	1	1
<i>Buchstein, Hubertus</i>	1	-	1	1
<i>Bobbio, Luigi</i>	1	-	1	1
<i>Verweij, Marco</i>	1	-	1	1
<i>Bouricius, Terrill</i>	1	-	1	1
<i>Davies, B. B.</i>	1	1	1	1
<i>Fauth, Gabriela Alves</i>	1	-	-	-
<i>Gerber, M.</i>	1	-	1	-
<i>Stanley, Timothy</i>	1	-	1	1
<i>Muradova, Lala</i>	1	1	1	1
<i>King, Martin</i>	1	1	1	1
<i>Sehat, Connie Moon</i>	-	1	1	1

<i>Jacquet, Vincent</i>	-	1	-	-
<i>Geisler, Alexandre Matthias</i>	-	1	1	1
<i>McKenzie, M.K.</i>	-	-	2	2
<i>Moore, A.</i>	-	-	2	2
<i>Abbas, N.</i>	-	-	1	1
<i>Blue, G.</i>	-	-	1	1
<i>Brunkhorst, H.</i>	-	-	1	-
<i>Clauwaerts, D.</i>	-	-	1	1
<i>Deligiaouri, A.</i>	-	-	1	1
<i>Dingeldey, P.</i>	-	-	1	1
<i>Elstub, S.</i>	-	-	1	1
<i>Fung, A.</i>	-	-	1	-
<i>Gül, V.</i>	-	-	1	1
<i>Mansbridge, J.</i>	-	-	1	1
<i>McLaverty, P.</i>	-	-	1	1
<i>O'Doherty, K.</i>	-	-	1	1
<i>Pérez, M.</i>	-	-	1	1
<i>Rubião, A.</i>	-	-	1	1
<i>Talbott, W.J.</i>	-	-	1	1
<i>Wiskey, L.</i>	-	-	1	1

Fonte: elaborada pela autora.

4.2 Análise dos principais aspectos relacionados aos estudos envolvendo a temática de Minipúblicos

Procedeu-se a análise dos principais aspectos, constantes nos 17 estudos resultantes do índice h, de acordo com: (i) o conceito; (ii) aceitação da opinião alheia; (iii) aumento e aproveitamento da cognição sobre políticas públicas; (iv) influência positiva dos Minipúblicos na formação de políticas; (v) crítica à forma de utilização de Minipúblicos; (vi) garantia de inclusão e (vii) inovação. Cabe destacar que essas categorias emergiram da leitura dos textos.

Para tanto, procedeu-se uma leitura sistemática dos resumos e, na sequência, a leitura na íntegra de todo texto dos artigos, a fim de buscar uma maior compreensão dos principais aspectos investigados. O Quadro 6 ilustra a relação dos artigos investigados.

Quadro 6 - Estudos selecionados para análise das temáticas associadas aos Minipúblicos.

Título	Autores	Local de publicação	Ano
Os Minipúblicos deliberativos	Sean Ingham e	Pesquisa	WOS 2018

podem influenciar a opinião pública? Teoria e Evidência Experimental	Ines Levin	Política Trimestral		
Os minipúblicos deliberativos podem abordar os desafios cognitivos da cidadania democrática?	M.E. Warren e John Gastil	O Jornal da Política	WOS	2015
De experimentos a ecossistemas? Revendo a participação pública, a governança científica e a virada sistêmica	Kathrin Braun e Sabine Könniger	Compreensão Pública da Ciência	WOS	2017
Da Democracia Deliberativa à Democracia Radical? Sortição e política no século XXI	Yves Sintomer	Política e Sociedade	WOS	2018
As Lições e Limitações dos Experimentos na Deliberação Democrática	John Gastil	Revista Anual de Direito e Ciência Social	WOS	2018
Explorando as contribuições da teoria cultural para melhorar a deliberação pública sobre problemas políticos complexos	Steven Ney e Marco Verweij	Revista de Estudos de Políticas	WOS	2014
Parceiros iguais no diálogo? Igualdade de Participação em uma Pesquisa Deliberativa Transnacional (Europolis)	Marlene Gerber	Estudos Políticos	WOS	2019
Traçando os limites do raciocínio motivado: como os minipúblicos deliberativos podem melhorar o conhecimento do eleitor	Kristinn Már e John Gastil	Psicologia Política	WOS	2020
Deliberação e Complexidade do Pensamento. Uso da Escala de Complexidade Integrativa para Avaliação da Qualidade Deliberativa de Minipúblicos	Julia Jennstål	Revista de Ciência Política Suíça	WOS	2019
Ampliando a Deliberação: Testando o Potencial dos Mini-Públicos para Aumentar a Capacidade Deliberativa dos Cidadãos	J. Suiter <i>et al.</i>	Revisão de Ciência Política Suíça	WOS	2020
Efeitos dos Minipúblicos Deliberativos na Opinião Pública: Evidências Experimentais de uma Pesquisa sobre a Reforma Previdenciária	Sean Ingham e Inês Levin	Revista Internacional de Pesquisa de Opinião Pública	WOS	2018
Deliberação e democracia ecológica: do cidadão ao sistema global	Simon Niemeyer	Revista de Políticas e Planejamento Ambiental	WOS	2020
Elitismo deliberativo? Deliberação distribuída e a organização da desigualdade epistêmica	A. Moura	Estudos de Políticas Críticas	SCOPUS	2016
Democracia deliberativa: questões e casos	S. Elstub e P. McLaverty	Democracia Deliberativa: Questões e Casos	SCOPUS	2014
Seguindo de frente: teorizando a facilitação deliberativa	A. Moura	Estudos de Políticas Críticas	SCOPUS	2012
Dois usos de minipúblicos baseados em confiança em sistemas democráticos	M. K. MacKenzie e M. E. Warren	Sistemas Deliberativos: Democracia	SCOPUS	2012

		Deliberativa em Grande Escala		
Deliberando questões futuras: Minipúblicos e genômica do salmão	M. K. MacKenzie e O'Doherty	Jornal de Deliberação Pública	SCOPUS	2011

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Considerando todos os elementos já apresentados, enfatizando referencial teórico e os procedimentos metodológicos adotados para a execução da pesquisa, a fim de dar prosseguimento, será utilizada a pesquisa descritiva, pois trata-se de assunto pouco abordado teoricamente, havendo pouco conhecimento acumulado e sistematizado na área.

A partir das temáticas nos 17 artigos analisados, os resultados apontam que há achados relevantes, não só pelo teor, mas também, por estarem delimitadas em mais de um artigo às sete categorias abaixo informadas: (i) o conceito; (ii) melhor aceitação da opinião alheia; (iii) aumento e aproveitamento da cognição sobre políticas públicas; (iv) influência positiva dos Minipúblicos na formação de políticas; (v) crítica à forma de utilização de Minipúblicos; (vi) garantia de inclusão e (vii) inovação.

Encontrados **conceitos** de Minipúblicos em 2 dos 17 artigos. Para Ingham e Levin (2018), Minipúblicos deliberativos seriam como pequenos grupos de cidadãos, os quais juntos deliberam a respeito de uma questão política e, após, transmitem as suas conclusões àqueles que devem tomar decisões. Ainda localizado conceito de MacKenzie e Warren, (2012) já citado neste artigo na introdução.

O segundo ponto aborda a **melhor aceitação da opinião alheia**, como afirmam Ney e Verwei (2014), utilizando a análise da Teoria Cultural dos vieses culturais das pessoas (ou seja, percepções, crenças e normas compartilhadas coletivamente) para ajudar a superar esses limites através das discussões em Minipúblicos. Para Már e Gastil (2020, p. 1, tradução nossa), o Minipúblico

transcendeu as identidades partidárias dos eleitores e as atitudes ambientais anteriores. Em alguns casos, os entrevistados que apresentaram os maiores ganhos de conhecimento foram aqueles que um relato de raciocínio motivado direcional teria esperado resistir ao tratamento de forma mais eficaz, devido à identidade partidária ou atitudes anteriores.

Por fim, “expor os entrevistados a declarações minipúblicas a favor e contra a medida política aumentou sua empatia pelo outro lado do debate político” (Suiter *et al.* 2020, p. 1, tradução nossa). Ou seja, foi encontrada a abordagem da melhora da aceitação da opinião diversa em 3 dos artigos.

Outrossim, o terceiro achado foi constatado em 4 artigos, apontando o **aumento e aproveitamento da cognição sobre políticas públicas** após a utilização do Minipúblico. Para Ingham e Levin (2018), as conclusões de um Minipúblico deliberativo são recebidas com espírito diferenciado e “os membros do público revisam suas opiniões ao conhecê-las, então os minipúblicos deliberativos podem ser um meio de aproximar a opinião pública real da opinião pública contrafactual e esclarecida.” (p. 654, tradução nossa).

Também, Warren e Gastil (2015) argumentam que os Minipúblicos “podem servir como proxies de informações confiáveis que ajudam os cidadãos a aproveitar ao máximo seus escassos recursos cognitivos.” (p. 562, tradução nossa). Além disso, Ney e Verwei (2014) mostram que as percepções, crenças e normas compartilhadas coletivamente ajudam a superar esses limites de aceitação. Ainda Julia Jennstal (2019, p. 64, tradução nossa) constata que “a hipótese de que a complexidade do pensamento dos cidadãos

umenta como resultado da participação em conversas deliberativas foi testada em um estudo de caso Minipúblico na Suécia”.

A quarta categoria encontrada foi a mais abordada com 9 achados: **influência positiva do Minipúblicos na formação de políticas**. Para Ingham e Levin (2018, p. 654, tradução nossa) “conclusões de um Minipúblico deliberativo influenciou as opiniões políticas dos respondentes, aproximando-os das opiniões dos participantes”. Coadunando, Warren e Gastil (2015, p. 562, tradução nossa) apontam à melhora da formação da política pública:

As democracias modernas contam há muito tempo com esses administradores, mas os apoios institucionais para decisões de boa confiança dos cidadãos geralmente são fracos ou ausentes [...] Esses tipos de administradores não podem fechar a lacuna entre as demandas de sociedades complexas e as capacidades dos cidadãos para o julgamento informado, mas podem ser capazes de reduzi-las.

Outrossim, Yves Sintomer (2018, p. 337, tradução nossa) aborda como positivo e uma modernização da democracia ateniense:

[...] minipúblicos selecionados aleatoriamente, difere amplamente da dinâmica de seleção política em Atenas, pois aponta para a democracia deliberativa em vez da democracia radical [...] esses processos de seleção empoderados são mais promissores para uma democratização real da democracia. A última afirmação é que qualquer proposta de uma legislatura por sorteio deve basear-se nessa lição ao tentar defender uma perspectiva normativamente convincente e politicamente realista.

Para o autor mais encontrado no presente estudo Gastil (2018), quando as estratégias de engajamento público e os formatos de discussão mitigam riscos, afirma a deliberação pode melhorar a compreensão dos participantes sobre as questões, aguçar seus julgamentos e mudar suas atitudes em relação ao engajamento cívico”.

Kirstin Már e John Gastil (2020) dizem ser possível que as revelações públicas sobre minipúblicos deliberativos desencadeiem um estímulo de reflexão nos eleitores, uma vez que tais órgãos provêm informações importantes e relevantes às políticas. Os resultados indicaram que essa exposição às revelações do Minipúblico qualificou a precisão de crenças empíricas dos eleitores, a respeito de uma proposta de votação concernente à regulamentação de sementes geneticamente modificadas. Suiter e outros (2020) descobriram que os entrevistados da pesquisa expostos a informações sobre o Minipúblico e suas descobertas aumentaram significativamente seu conhecimento sobre políticas.

Ingham e Levin (2018, p. 51, tradução nossa), afirmam que o “minipúblico deliberativo afeta o apoio dos observadores à mudanças no programa de Previdência Social (...) eles são capazes de influenciar as opiniões de cidadãos relativamente desinformados”, melhorando assim a efetivação da política pública citada.

Conforme o estudo de Niemeyer (2020, p. 16, tradução nossa):

A deliberação minipública, devidamente aproveitada, pode servir para descontaminar o debate público de argumentos estratégicos anti-reflexivos e remodelar o discurso público [...] Atuando como depositários regulatórios discursivos, os minipúblicos podem melhorar a reflexividade no sistema mais amplo por meio de uma abordagem policêntrica aninhada que conecta discursivamente a deliberação dos cidadãos ao sistema global tanto horizontal quanto verticalmente [...].

Também, há afirmação de MacKenzie e Warren (2012) que a experiência com Minipúblicos sugere que os participantes desenvolvem julgamentos ponderados e bem fundamentados que podem cristalizar a opinião pública latente, complementar julgamentos de especialistas e formular opções políticas politicamente viáveis.

O quinto achado traz um viés mais incisivo: **crítica a forma de utilização de Minipúblicos**. Braun e Königer (2017) discutem em seu artigo uma virada sistêmica recente na participação pública em estudos científicos, revisam atuais e principais críticas científicas e tecnológicas e sociais, a participação pública no discurso científico, argumentando que uma boa parcela desta refere-se à preocupação com Minipúblicos por parte do meio rural. Avança no sentido de que há diferentes maneiras de compor essa perspectiva, porém, nem todas preparadas para lidar com contestação, conflito e poder.

John Gastil (2018) também ressalta as dificuldades que surgem na deliberação, incluindo discordância extrema, má gestão de conflitos e como a falta de diversidade pode evitar discordâncias significativas.

Ainda Moura (2016) explora a problemática de como é possível que a autoridade especializada seja integrada em uma democracia deliberativa, o que aporta uma tensão importante entre o princípio da igualdade democrática e as desigualdades que o conhecimento especializado implica, apontando o problema do elitismo deliberativo.

Mais uma vez, Moura (2012, 146, tradução nossa) mostra problemas na utilização de Minipúblicos, afirmando que

[...] diversas críticas à prática deliberativa nessas dimensões são tratadas não como objeções decisivas, mas como tensões a serem negociadas por aqueles que organizam e conduzem minipúblicos deliberativos. Este artigo visa mostrar o valor do trabalho empírico crítico sobre as práticas deliberativas como descrição de perigos potenciais, que podem ser contrapostos aos ideais normativos e potenciais democráticos envolvidos nas tentativas de gerar deliberação em minipúblicos.

Logo, foi um total de 04 achados envolvendo críticas pontuais aos Minipúblicos deliberativos.

O sexto ponto teve norte em 2 artigos que abordam **garantia de inclusão**. Marlene Gerber (2019) traz interessante estudo de uma proposta na União Européia (UE), o qual aponta o Minipúblico como inclusão de uma grande variedade de vozes europeias, busca igualdade através da voz de todo cidadão. Diz que

retomando as reivindicações dos democratas da diferença que argumentam que os obstáculos informais à participação podem perdurar mesmo depois que os indivíduos obtêm acesso formal ao plenário, este artigo defende uma abordagem estendida para avaliar a igualdade em minipúblicos deliberativos [...] artigo contribui para a pequena, mas crescente literatura sobre deliberação que expressa reservas em considerar a vontade de se envolver com as reivindicações dos outros como garantida. (2019, p. 1, tradução nossa)

O segundo achado aponta que Minipúblicos também têm sido justificados em expressões genéricas, com a finalidade de acentuar a participação do cidadão em decisões públicas. Pesquisas completas listam potenciais funções dos Minipúblicos nos sistemas políticos, os quais abrangem contribuições ao desenvolvimento de

competências cívicas dos cidadãos, inclusão, controle popular de agendas políticas, prestação de contas, legitimidade, conforme assinalam MacKenzie e Warren (2012).

O último achado aponta para a **inovação**. Foram encontrados em dois artigos. Elstub e McLaverty (2014) apontam ideias novas e inovadoras. Afirmam que a democracia deliberativa é adorada pela teoria democrática e política em geral, e gera interesse internacional, mas que os problemas enfrentados pela democracia deliberativa são delineados no contexto das evidências empíricas disponíveis, as soluções são pesquisadas e que ideias novas e inovadoras são propostas para resolver esses problemas.

Por fim, McKenzie e O'Doherty (2011) introduzem a utilização de Minipúblicos para a discussão de temas desconhecidos, novos, alegam que questões que devem ser abordadas no período atual, mas têm custos, benefícios e impactos associados que se concentram no futuro, são as 'questões futuras', difíceis de administrar democraticamente porque ainda não se desenvolveram quaisquer opiniões públicas que possam ajudar a orientar as decisões políticas, Afirmam que a participação em Minipúblicos com estas novas questões pode ajudar os cidadãos a desenvolverem opiniões substantivas sobre questões tecnológicas e temporalmente complexas.

5 Considerações finais

A utilização de Minipúblicos para alterar ou propor políticas públicas indicando, ainda, sua melhor efetivação, induz ao apropriado estudo de revisão integrativa, o qual apresenta o estado da arte sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de teorias. O método de revisão integrativa é uma abordagem que permite a inclusão de estudos que adotam diversas metodologias e, nesse ponto, evidencia-se o potencial para construir a ciência.

O desenvolvimento deste estudo teve como objetivo investigar a produção científica sobre as temáticas associadas aos Minipúblicos e sua influência nas políticas públicas. Dessa forma, realizou-se estudo bibliométrico de mapeamento científico nas bases de dados *Web of Science* e *SCOPUS*, primeiro de forma abrangente e, depois, utilizando um recorte de tempo e de índice h. Para a análise dos dados, adotou-se leitura dos resumos dos artigos, de seus textos na íntegra e de livros encontrados.

Diante do primeiro recorte global, averiguou-se que a maioria das publicações ocorrem de 2018 a 2022, que a categoria mais achada nas quatro formas de pesquisa foi Ciências Sociais, que o país com maior número de publicações é os EUA e que o autor que mais publicou sobre o tema é John Gastil, tudo através de elaboração de tabelas e gráficos.

De outro modo, a investigação acerca dos achados sobre o tema foi realizada a partir da leitura dos 17 artigos encontrados. Constatou-se que as produções científicas se concentram em estudar, em sua maior parte, as influências positivas dos Minipúblicos nas políticas públicas com 9 achados. Posteriormente, há 4 achados sobre aumento e aproveitamento da cognição dos cidadãos sobre o tema abordado no Minipúblico e, em contraponto, o achado de críticas sobre a utilização desse método deliberativo. Então, foi encontrada a abordagem da melhora da aceitação da opinião diversa em 3 dos artigos analisados e, por fim, 2 achados em três temáticas: conceito, garantia de inclusão e inovação.

No que diz respeito à contribuição teórica, essa pesquisa auxilia na compreensão do campo de estudo de processo decisório das políticas públicas, além de que, com base em Anacleto e outros (2021), demonstra o quanto é importante que os cidadãos estejam

aptos a participar da vida pública de forma autônoma, com consciência crítica, e que sejam formados e capacitados para deliberar em prol do bem comum.

Por fim, esse estudo indica, com foco nos Minipúblicos, tendências, identifica áreas, ambientes, contextos e situações de estudo, envolvendo formas de participação/opinião social na formação ou alteração de políticas públicas. No Brasil, é carente o número de publicações que empregam esse assunto no desenvolvimento de pesquisas; assim, sugere-se que pesquisas futuras ampliem o entendimento sobre o tema estudado, investigando outras bases de dados, como, por exemplo, bases brasileiras.

REFERÊNCIAS

ANACLETO, E. A. M.; CABRAL, E. H. de S.; ALCÂNTARA, V. de C.; ANDRADE, V. A. R.. Minipúblicos como possibilidade de participação e deliberação em compras públicas: um estudo no Observatório Social do Brasil de Piumhi. *Administração Pública e Gestão Social*, [S. l.], v. 13, n. 3, 2021. DOI: 10.21118/apgs.v13i3.10052. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/10052>. Acesso em: 21 nov. 2021.

ARISTÓTELES. *Política* 3ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1997.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. *A política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina: relatório 2006*. Rio de Janeiro: Elsevier, Washington DC: BID, 2007.

BRAUN, K., KÖNNINGER, S. From experiments to ecosystems? Reviewing public participation, scientific governance and the systemic turn. *Public Understanding of Science*, Vol. 27, Nº 6, p. 674–689, 2017. Disponível em: [https://doi-org.ez47.periodicos.capes.gov.br/10.1177/0963662517717375](https://doi.org/ez47.periodicos.capes.gov.br/10.1177/0963662517717375) Acesso em: 17/08/2022.

BUCCI, Maria P. D. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CRUZ, Katiano Miguel. **O conceito de institucionalização partidária: uma análise sistemática da literatura de ciência política**. Curitiba, 2019.

D'ERCOLE, I. Você Decide. *Revista Cláudia*, 2021, p. 40 – 44.

ELSTUB, S., Mclaverty, P. **Deliberative Democracy: issues and cases**. *International Dialogue*, p. 1-227, 2015.

FUNG, A. Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. In: Coelho, V. S. P., Nobre, M. **Participação e deliberação: Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: editora 34, 2004, p. 173-209.

GASTIL, J. The Lessons and Limitations of Experiments in Democratic Deliberation. *Annual Review of Law and Social Science*, Vol. 14, Nº 1, p. 271-291, 2018.

GERBER, M. Equal Partners in Dialogue? Participation Equality in a Transnational Deliberative Poll (Europolis). *Political Studies*, Vol. 63, Nº 1, p. 110-130, 2015.

Doi:10.1111/1467-9248.12183 Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/1467-9248.12183> Acesso em: 17/08/2022

INGHAM, S., LEVIN, I. Can Deliberative Minipublics Influence Public Opinion? Theory and Experimental Evidence. **Political Research Quarterly**, Vol. 71, N° 3, 2018. Disponível em: <https://doi.org.ez47.periodicos.capes.gov.br/10.1177/1065912918755508> Acesso em: 17/08/2022

INGHAM, S., LEVIN, I. Effects of deliberative minipublics on public opinion: Experimental evidence from a survey on social security reform. **International Journal of Public Opinion Research**, Vol. 30, N° 1, p. 51–78, 2018. Disponível em: https://www.seaningham.org/uploads/1/5/9/6/15969566/ingham_and_levin_2018.pdf Acesso em: 17/08/2022

JENNSTAL, J. Deliberation and Complexity of Thinking. Using the Integrative Complexity Scale to Assess the Deliberative Quality of Minipublics. **Swiss Political Science Review**, Vol.25, N°. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/spsr.12343> Acesso em: 17/08/2022

JENNSTAL, J. Deliberative participation and personality: The effect of traits, situations, and motivation. **European Political Science Review**, Vol. 10, N° 3, p. 417-440, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1755773918000024> Acesso em: 17/08/2022

KNOBLOCH, K. R., BARTHEL, M. L., GASTIL, J. Emanating Effects: The Impact of the Oregon Citizens' Initiative Review on Voters' Political Efficacy. **Political Studies**, Vol. 68, N° 2, p. 426-445, 2019. Disponível em: <https://doi.org.ez47.periodicos.capes.gov.br/10.1177/0032321719852254> Acesso em: 17/08/2022.

MACKENZIE, M. M., O'DOHERTY, K. Deliberating future issues: Minipublics and salmon genomics. **Journal of Public Deliberation**, Vol. 7, N° 1, 5 p., 2011. Disponível em: [Scopus - Document details - Deliberating future issues: Minipublics and salmon genomics \(capes.gov.br\)](https://scopus.com/document/details/2-s2o-l1-10.1017/S1755773911000024) Acesso em: 17/08/2022.

MACKENZIE, M. M., WARREN, M. E. Two trust-based uses of minipublics in democratic systems. *In: Deliberative systems: Deliberative democracy at the large scale*, pp. 95– 124, Cambridge University Press, 2012.

MÁR, K., GASTIL, J. Tracing the boundaries of motivated reasoning: How deliberative minipublics can improve voter knowledge. **Political Psychology**, Vol 40, N° 1, p. 107–127, 2020. Disponível em: <https://doi.org.ez47.periodicos.capes.gov.br/10.1111/pops.12591> Acesso em: 17/08/2022

MYERS, C. D. The Dynamics of Social Identity: Evidence from Deliberating Groups. **Political Psychology**, Vol. 43, N° 2, p. 237-254, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/pops.12749> Acesso em: 17/08/2022.

NETTO, J. V. R.; CERVELLINI, S. Minipúblicos e inovação democrática: o caso do Jardim Lapenna. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3610612/2021> Acesso em: 21 nov. 2021.

NEY, S., VERWEIJ, M. Exploring the contributions of cultural theory for improving public deliberation about complex policy problems. **Policy Studies Journal**, Vol. 42, N° 4, p. 620 – 643. Disponível em: [https://doi-org.ez47.periodicos.capes.gov.br/10.1111/psj.12078](https://doi.org.ez47.periodicos.capes.gov.br/10.1111/psj.12078) Acesso em: 17/08/2022

NIEMEYER, S. Deliberation and ecological democracy: from citizen to global system. **Journal of Environmental Policy and Planning**, ISSN 1523-908X, E-ISSN 1522-7200, Vol. 22, N° 1, p. 16-29, 2020. Disponível em: [10.1080/1523908X.2019.1661232](https://doi.org/10.1080/1523908X.2019.1661232) Acesso em: 17/08/2022

SINTOMER, Yves. From Deliberative to Radical Democracy? Sortition and Politics in the Twenty-First Century. **Politics and Society**, Vol. 46, N° 3, p. 337-357, 2018.

SMITH, G., OWEN, D. Sortition, Rotation, and Mandate: Conditions for Political Equality and Deliberative Reasoning. **Politics and Society**, Vol. 46, N° 3, p. 419-434, 2018. Disponível em: <https://doi-org.ez47.periodicos.capes.gov.br/10.1177/0032329218789892> Acesso em: 17/08/2022.

SCHMIDT, João Pedro. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, jan. 2019. ISSN 1982-9957. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/rdunisc.v3i56.12688>. Acesso em: 21 nov. 2021.

STANLEY, T. Religious Interactions in Deliberative Democratic Systems Theory. **Religions**, Vol. 11, N° 4, 210 p., 2020. <https://doi.org/10.3390/rel11040210> Acesso em: 17/08/2022.

SUITER, J. et al. Scaling up Deliberation: Testing the Potential of Mini-Publics to Enhance the Deliberative Capacity of Citizens. **Swiss Political Science Review**, Vol. 26; N° 3; p. 253 – 272, 2020. Disponível em: <https://doi-org.ez47.periodicos.capes.gov.br/10.1111/spsr.12405> Acesso em: 17/08/2022.

WARREN, M. E, GASTIL, J. Can Deliberative Minipublics Address the Cognitive Challenges of Democratic Citizenship? **The Journal of Politics**, Vol. 77, p. 562-574, 2015. DOI: 10.1086/680078 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276346912_Can_Deliberative_Minipublics_Address_the_Cognitive_Challenges_of_Democratic_Citizenship Acesso em: 17/08/2022